
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e quatorze, às 15h10min reuniram-se para a Sessão Plenária do Conselho Municipal de Educação de Petrópolis, no Salão Nobre do Liceu Municipal Cordolino Ambrósio, os conselheiros Claudia Farias, Renato Freixela de Oliveira, Márcia Cristina Lopes, Wanda Lucia Borsato da Silva, Deise de Cássia Silva de Almeida Pinto, Jelcy Rodrigues Correa Júnior, Maria de Fátima Fávero Burger de Mendonça, Francisco Afonso Eccard, Ricardo B. P. Tâmmela, Renata Martins Varricchio, Naara Pereira da Silva Castro e Noelma Simões da Costa.

1

Apresentaram-se à reunião a cidadã Teresa Freitas, Elizabete Reuther, do Gabinete do vereador Silmar Fortes e a responsável por aluno da rede, senhora Ludmila.

O Presidente da Sessão em tela, professor Jelcy, cumprimentou a todos e declarou abertos os trabalhos em conformidade com “Edital de Convocação”.

Chegaram os conselheiros Gilda Beatriz e Cláudio José Gomide.

Assim, o expediente se pautou na Chamada dos presentes e verificação do quórum, onde estavam presentes quatorze conselheiros e foram lidas as justificativas de ausências dos conselheiros Maria Celi Chaves Vasconcelos e Leonardo Paiva Campos.

Em seguida, foi dispensada a leitura da Ata do mês de abril, uma vez que teria sido enviada por e-mail anteriormente, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os conselheiros Ricardo, Noelma, Francisco e Maria de Fátima de Mendonça se manifestaram descontentes com a evasão dos conselheiros às Câmaras, impossibilitando inclusive a continuidade dos trabalhos planejados e lembraram que o horário foi ajustado para antes das reuniões ordinárias com o objetivo de facilitar a frequência dos membros, o que não vem sendo alcançado. Solicitaram ainda providências da Mesa Diretora quanto à ausência dos conselheiros.

Exemplificou-se que a conselheira Noelma compareceu às 13h50min para a reunião da Câmara de Políticas Públicas, porém mais uma vez esta não teria acontecido e tampouco teria sido notificada de seu cancelamento/extinção.

Chegaram as conselheiras Mônica Freitas e Maria de Fátima de Castro.

O vice-presidente explicou que as convocações para as reuniões das Câmaras são feitas por suas coordenadoras, assim como as pautas de trabalho e lembrou que as responsáveis são Deise pela Câmara de Educação Básica e Angela pela Câmara de Políticas Públicas.

A conselheira Rosimar chegou.

Em relação aos comunicados, o conselheiro Ricardo apresentou os folders da Semana contra a homofobia - “O respeito começa em casa”, a ser realizada nos dias 15, 16 e 17 de maio no Auditório da Faculdade Arthur Sá Earp Neto – FASE, em parceria com a Prefeitura Municipal de Petrópolis e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. O objetivo será a comemoração do Dia Internacional de Combate à Homofobia 17/05, principalmente considerando as relações de família e oportunizando a orientação de profissionais que trabalham com homossexuais, nas escolas, postos de saúde e etc., e informou que quaisquer denúncias ou retirada de dúvidas podem ser realizadas pelo Disque Direitos Humanos, o disque 100 - destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, em especial as que atingem populações com vulnerabilidade como Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com Deficiência, LGBT, Pessoas em situação de Rua, Pessoas em privação de liberdade, etc.

A conselheira Maria de Fátima de Castro solicitou à Ricardo o material impresso em quantidade para fazer a divulgação nas escolas da rede municipal.

Os conselheiros Jelcy e Rosimar também solicitaram o material para a divulgação na Diretoria Regional Serrana e no SEPE respectivamente.

Ricardo também divulgou a Exposição intitulada “Fica decretado que agora vale a verdade” no Centro Cultural da FASE, que pode ser vista até 30 de junho, de 09 às 21h. Informou que houve uma prévia desta realizada na Praça Dom Pedro, a qual iniciou a descomemoração dos 50 anos do golpe militar, pretendendo proporcionar a reflexão sobre o período abordado, servindo de crítica às ditaduras e formas de cerceamento da liberdade.

Segundo Ricardo, a exposição utiliza mensagens elaboradas pelo movimento estudantil da época e cartazes, além do material cedido pela Comissão Estadual da Verdade; tudo isso será apresentado numa abordagem não cronológica, isto é, bastante contemporânea e opinativa, enfatizando os grupos sociais que sofrem violência e discriminação.

Jelcy perguntou qual o destino Ricardo desejaria para essas informações e se a Exposição estaria aberta a grupos escolares.

Ricardo explicou que para melhor aproveitamento do espaço e momento, seria conveniente o agendamento.

Maria de Fátima de Castro sugeriu o envio dos *flyers* para divulgação no município.

Jelcy afirmou que na rede estadual, o Colégio Princesa Isabel também vem realizando um trabalho muito bom sobre o assunto.

Ainda no expediente, a conselheira e Secretária de Educação, professora Mônica, distribuiu o informativo sobre as iniciativas do governo municipal, nesse um ano e meio de administração.

Ricardo convidou a todos para comparecerem na FASE no dia 26/05, onde haverá a presença do presidente da Comissão da Verdade, que fará o resgate da memória do período.

Rosimar pediu que se registrasse em ata que saúda os profissionais da Educação da rede Estadual devido a atual situação da Educação e suas condições de trabalho em todo o Rio de Janeiro e pediu a ajuda da vereadora presente, Gilda Beatriz para divulgar a Audiência Pública marcada para o dia seguinte, a qual haverá a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e pediu que o Conselho estivesse organizado para comparecer.

O conselheiro Cláudio Gomide se apresentou.

Solicitando a palavra, apresentou-se a senhora Ludmila, mãe de um aluno do próprio Liceu Municipal Cordolino Ambrósio e afirmou que não sabia se ali era o local adequado, mas explicou que vem buscando respostas em vários locais (inclusive na Câmara de Vereadores com o vereador Silmar Fortes) e ainda assim, não as encontra. Narrou que seu filho estaria sem professor de Língua Portuguesa no 8º ano do Ensino Fundamental e gostaria de uma resposta concreta com determinação de prazo para solução, porque apesar de ter sido muito bem atendida na escola e na Secretaria de Educação, continua sem definição para a problemática.

Jelcy explicou que o Conselho - o COMED é integrante do Sistema Municipal de Ensino de Petrópolis, e assim, cumpre as atribuições de normatizar e fiscalizar os assuntos pertinentes à esfera educacional na cidade, procurando entender as situações e acionar os órgãos e entes que possam dar as respostas.

A conselheira e diretora geral do Liceu, professora Renata, compreendeu a angústia da mãe e concordou que há uma defasagem significativa, entretanto, entendeu que há estratégias para a reposição dos conteúdos, minimizando ao máximo a perda para os alunos. Concluiu que tanto a Secretaria de Educação, como a própria escola vêm incessantemente buscando professores com disponibilidade para assumir as duas turmas sem professor na disciplina citada.

Rosimar pediu que a Secretaria de Educação esclarecesse formalmente o porquê há também falta de professor de Matemática no outro campus do Liceu.

Jelcy explicou que a presidência do Conselho recebeu o Ofício do vereador solicitando informações a cerca da falta de professores na rede municipal e que tocaria no assunto durante a reunião, porém, como a senhora Ludmila se manifestou, deixou que esta ilustrasse a questão.

Renata informou que em relação à Matemática, a situação foi a licença gestante de uma professora e a licença para acompanhamento de familiar de outra. Antecipou que o problema será sanado até a próxima semana.

Rosimar acreditou que a primeira providência a ser tomada pela Secretaria de Educação seria a construção de um cadastro de disponibilidade de ETJ e uma nova chamada de concursados.

A conselheira Mônica agradeceu pela oportunidade de falar e expressou que o referido cadastro já existe na Secretaria de Educação, porém a questão levantada se refere à substituição de funcionários e não a vagas abertas, novas. Elucidou ainda que no momento está havendo a chamada de concursados, entre dezesseis (16) professores de Ensino Fundamental – incluindo Língua Portuguesa e Matemática e que de 2013 até o presente, já foram novecentos (900) novos funcionários. Quanto ao edital para novo concurso, está sendo analisado pela Procuradoria Geral do Município.

Compareceu o conselheiro Thiago Damaceno.

Prosseguiu a conselheira Mônica reforçando que as carências pontuais de funcionários não são atribuídas somente ao Liceu, mas que sua situação enquanto unidade reconhecida e prestigiada pelos petropolitanos e de localização central, deflagra dois anos de ausência de chamada de concursados e realização de contratos de forma inadvertida. Mais complicada ainda é a situação de lotação de funcionários nos distritos e bairros mais afastados ou de difícil acesso, assim como os casos temporários. Cientificou ao Conselho que a chamada para ETJ será somente para professores devidamente habilitados.

A conselheira Gilda Beatriz noticiou que também tem recebido denúncias sobre o assunto e perguntou se não é possível a contratação provisória.

Mônica explicou que só pode haver contratos quando não há mais concursados para chamar e o edital de novo concurso está em processo.

Jelcy colaborou lembrando que é o mesmo sistema da rede estadual, porque há prazos a serem cumpridos.

Mônica advertiu que se tivesse havido planejamento na última gestão municipal para substituição gradativa dos profissionais aposentados, licenciados e as novas carências, a situação não seria tão grave como a encontrada há um ano e meio atrás.

Jelcy em resposta à senhora Ludmila, explicou após o que foi declarado em público, que a orientação do COMED à Secretaria de Educação com a presença da Secretária de Educação, é que não haja liberação dos alunos antes do horário regular de aulas e que trabalhos sejam realizados de forma a recuperar ao menos em parte, os conteúdos que deveriam ser trabalhados nesses meses.

Mônica acautelou que antes mesmo de qualquer orientação do COMED, a Secretaria nunca autorizou qualquer escola a adotar esse tipo de prática, mesmo porque as escolas têm Sala de Leitura equipadas e com professores que orientam sua utilização.

Rosimar perguntou se antes da análise da Procuradoria, o edital de novo concurso não deveria ser avaliado pelo Conselho e observou em visita à E.M. Monsenhor João de Deus, que lá há contratação de funcionários terceirizados.

Jelcy afirmou que o questionamento foi recebido pela Mesa Diretora e será feita a consulta à Secretaria de Educação.

Rosimar pediu que houvesse a inclusão de dois momentos na pauta da próxima reunião: relato dos conselheiros presentes em outros Conselhos e manifestação das informações a respeito do Curso Pró-Conselheiros.

Avançando a Ordem do dia, houve a inversão dos itens da pauta com a devolutiva da Secretaria de Educação sobre o levantamento das instituições privadas em processo de autorização de funcionamento e a possibilidade de parceria com a Secretaria de Fazenda e outros órgãos e a conselheira Deise informou que foi preparado o material com dados interessantes a serem disponibilizados eletronicamente e divulgou que atualmente o município conta com setenta e sete (77) instituições privadas de Educação Infantil – autorizadas e quinze (15) em processo de autorização. Anunciou que a Câmara de Educação Básica se reuniu e recebeu da Inspeção Escolar Municipal mais três processos para elaboração de pareceres do COMED com publicação em Diário Oficial. Agendou para a próxima reunião a apresentação destes pareceres e concluiu instruindo os demais conselheiros com a apresentação do item c, da Ordem do Dia; a listagem elaborada em parceria entre a Câmara de Educação Básica e a Inspeção Escolar - instituições públicas e privadas alvo da competência da inspeção municipal, declarando que a Rede Municipal de Educação conta com oitenta e seis (86) unidades públicas, trinta e sete (37) unidades privadas com convênio, quarenta e sete (47) unidades de Educação Infantil públicas e mais treze (13) unidades de Educação Infantil privadas com convênio.

Jelcy reforçou que ao disponibilizar no **site** tais informações, estas deverão conter a data de validade, isto é, a data-base de dados e solicitou publicamente que a Secretaria de Educação coloque o **link** de acesso em sua página na **home page** da Prefeitura.

A Secretária de Educação pediu que Deise entrasse em contato diretamente com a ASCOM para que esta possa proceder a tal publicação no formato adequado.

Rosimar sugeriu a reativação do **blog** do Conselho e descreveu a visita que realizou no CEI Castelo São Manoel, declarando seu espanto pela renovação do convênio ter sido realizada sem comunicação ao COMED e sem qualquer visita da Câmara de Educação Básica. Afirmou ainda que as condições são péssimas e indicou

que a Mesa Diretora solicitasse ao Conselho de Alimentação Escolar a Ata dessa visita para ciência.

Mônica pronunciou que no dia dezenove de maio haverá Reunião Extraordinária do CAE, onde serão apresentadas as intervenções da Secretaria e as possibilidades de solução dos problemas.

Jelcy colocou que a organização de visitas *in loco* ficou sob a responsabilidade dos membros da Câmara de Educação Básica, tendo em vista a agilidade dos processos.

Deise lembrou que a conselheira Rosimar faz parte da CEB.

Rosimar discordou que a situação em tela tem relação somente com a Câmara de Educação Básica.

No tocante ao demonstrativo de convênios solicitado pela conselheira Rosimar, Mônica lembrou que já fez a devolutiva desse assunto em outras reuniões e mais uma vez colocou que só basta fazer o agendamento com o Dr. Anderson, na ATLE (Assessoria Técnica em Legislação Educacional).

Jelcy ponderou então que a conselheira Rosimar formalizasse o relatório dessa visita para que possa a Mesa Diretora encaminhar formalmente o pedido de providências à Secretaria de Educação.

A conselheira Deise entregou formalmente – materialmente, a apresentação da listagem elaborada em parceria entre a Câmara de Educação Básica e a Inspeção Escolar - instituições públicas e privadas alvo da competência da inspeção municipal.

Retomando o item b, da Ordem do Dia, houve apresentação em **Power Point** do Projeto Municipal de atendimento aos portadores de necessidades especiais - Centro de Referência em Educação Inclusiva com a conselheira Wanda Lúcia Borsato, assessora da Equipe de Educação Inclusiva da Secretaria de Educação; a qual demonstrou a visão da Educação Especial no município e o trabalho dos núcleos de apoio à inclusão. Adicionou orientações sobre os distúrbios funcionais, as especificidades determinadas pelo MEC, o aluno público alvo de políticas públicas voltadas para a pessoa com necessidades especiais e cientificou que a rede municipal tem 748 alunos incluídos e 706 alunos com transtornos funcionais (dislalia, dislexia, etc.). Segundo Wanda, a Educação Especial é modalidade de Educação, e como tal, a Secretaria de Educação oferta cursos para qualificarem os professores de forma presencial com ensino de braille e soroban e que as turmas das salas de recursos funcionam em contra turno (não necessariamente na mesma escola onde o aluno frequenta em horário regular) porque o Governo Federal subsidia o atendimento especializado com dupla **per capita** sob a logística de concentração de demanda em pólos.

O conselheiro Ricardo perguntou se não são somados os alunos incluídos com previsão nos critérios do MEC, com aqueles com transtornos funcionais.

Wanda respondeu que não. Por orientação do próprio MEC os problemas visuais, auditivos e motores são o foco, recebendo inclusive em parte das vezes, os estagiários para darem suporte ao trabalho realizado, totalizando hoje em Petrópolis, sessenta e quatro (64) escolas com alunos especiais. Já aqueles alunos que precisam de uma organização pedagógica diferenciada das escolas para contornarem distúrbios de conduta ou de aprendizagem são também acompanhados, porém de uma forma menos maciça.

Prosseguiu a conselheira Wanda reforçando que há necessidade de Políticas Públicas Transversais e Intersetoriais que possam abraçar não somente o alunado, mas as famílias e profissionais envolvidos nos processos de inserção e consolidação social e educacional, e disse que o modelo inspirador adotado pela Secretaria de Educação, baseia-se no trabalho do Instituto Helena Antipoff, que se volta para o atendimento educacional especializado em contra turnos, realizado em Oficinas de dança, música, artesanato, etc., com estímulos diferenciados da Sala de Recursos e produção com uso de material elaborado pelos próprios professores. Lembrou ainda de informar que há também no município os alunos em classes hospitalares.

Jelcy perguntou a respeito dos cuidados com os professores desses alunos.

A conselheira arrazoou que todos os cuidados são pensados na relação que se estabelece entre o aluno e o seu professor e que há muita escuta das famílias com momentos de clareza sobre as deficiências e que o Centro de Referência será um espaço de convivência pioneiro em Petrópolis, além da legislação vigente.

Mônica articulou que a proposta de atendimento deste Centro de Referência está bem acertada no governo municipal e que também foi aprovada pelo Conselho da Pessoa com Deficiência, restando apenas ser orçado para abrir a licitação para inauguração prevista ainda para este ano, gerando inúmeras parcerias com a Sociedade Civil e muitos avanços pedagógicos, porém no momento, esbarram nos obstáculos oriundos ao respeito às normas do IPHAN.

Jelcy considerou que como participante da história do município, percebe que as mudanças são lentas e gradativas, mas sem dúvida, são cada vez mais significativas porque o “produto final” é aperfeiçoado ao longo dos anos com a continuidade dos registros. Lembrou o investimento realizado pelos professores, na pesquisa desses assuntos e outros ligados à Educação, como Gestão Democrática e o viés local. Sugeriu a publicação dessas pesquisas e monografias dos profissionais da Educação pela prefeitura.

A conselheira Gilda Beatriz parabenizou a Secretária de Educação e disse saber que há muita resistência, mas acreditou que o município pode ser referência para outros municípios e entendeu estar evoluindo a visão de vários setores; confessou

estar hiperfeliz por participar desse processo, o qual agradece inclusive o prefeito por ter “comprado a ideia”.

Jelcy afirmou que a professora Noelma é a certeza de que ele próprio deve continuar e perseverar no trabalho do Conselho.

O conselheiro Ricardo pediu que ficasse consignada a indicação dos conselheiros que saíram antes do término da sessão, mesmo porque ainda faltaria algum tempo para a extinção do horário regulamentar – previsto para 17h.

Apresentando as ideias da Comissão Bicameral sobre o Fórum ou Seminário de Educação Integral, a conselheira Deise explicou que a reunião foi combinada com os interessados durante a reunião ordinária passada para o dia 16/04 no próprio Liceu, porém somente ela própria, Jelcy e Márcia Alves compareceram.

Ricardo propôs que a conselheira Wanda sugira Projetos de Extensão voltados para a Educação Especial onde a FASE possa contribuir.

O vice-presidente explicou o porquê da Comissão Bicameral e assegurou que esta deve trabalhar aos moldes do Documento Norteador e embasada na maciça oitiva e discussão entre os profissionais envolvidos com esse alunado da Educação em tempo integral e viu a importância de chamar para desencadear o assunto, pessoas experientes como Lia Faria e tantos outros, de forma a apresentar os painéis e panoramas da Educação Integral na atualidade.

Maria de Fátima lembrou a contribuição da professora Zuleika.

Jelcy pensou na professora Luzia Parreira e destacou que é uma pessoa acessível e colaborativa.

Noticiando que o prefeito Rubens Bomtempo aderiu com mais vinte e seis (26) unidades escolares ao Programa Federal Mais Educação, totalizando cento e oito escolas (108), a Secretária de Educação também comunicou que no mês de setembro haverá no Hotel Quitandinha a apresentação de oficinas, atividades esportivas e o trabalho de formação continuada dos profissionais envolvidos; tudo relacionado com o necessário paralelo da Educação Integral e a evasão escolar. Destacou ainda que este é um grande momento de discussão e valorização da temática, e que o impacto do assunto na Sociedade Civil - com debates e a consequente elaboração de um projeto municipal desta natureza, fortalecerá a visão do governo municipal no atendimento desta emergente demanda.

A cidadã Teresa Freitas enfatizou a experiência da Escola Municipal Leonardo Boff.

Jelcy identificou que há posicionamentos divergentes não exclusivamente entre os conselheiros, mas na Sociedade em geral, em relação ao “Mais Educação”.

Mônica declarou que absolutamente não entende o Programa Federal como Educação Integral, mas extensão da carga horária das unidades escolares, que atrai os alunos para o espaço escolar. Concluiu que a adesão já teria sido feita pela outra gestão municipal, restando apenas a necessidade do cumprimento dos compromissos antes firmados, da melhor forma possível e sem frustrar a expectativa do alunado já envolvido.

Deise leu os aspectos discutidos na única reunião da Comissão Bicameral: como promover a Educação Integral, aspectos legais e burocráticos envolvidos, formação dos profissionais, preparo do gestor para o financiamento de recursos, impacto financeiro no orçamento municipal e etc. Apontou a Escola Municipal Leonardo Boff, Educandário Terra Santa e o Projeto Agrícola desenvolvido numa Escola Estadual de Magé como expertises do assunto.

Jelcy lembrou que em maio será discutida no CEFET o fracasso escolar e a evasão na Formação Superior e que mesmo diante da desídia de alguns conselheiros em relação à participação na Comissão Bicameral, esta continuará se reunindo e avançando.

Ricardo proclamou que dia 18 de maio próximo será o dia do enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e que o gabinete do prefeito estaria promovendo um Seminário na FASE com orientações aos profissionais sobre a importância da notificação desses abusos e violência.

Indagando o conselheiro Ricardo, Jelcy questionou se há profissionais especializados para esse atendimento.

Ricardo respondeu que não, porém todos são orientados a ligarem para o disque-cem.

E o Conselho Tutelar, que papel tem nessa situação? Tem formação, estatística? Perguntou Jelcy.

A conselheira Jorgina disse que o governo municipal tem investido nessa formação especializada do/no Conselho Tutelar.

Naara discordou do posicionamento de Jorgina, e afirmou que a experiência demonstra que não há essa formação.

A conselheira Renata recebeu nesta data uma denúncia com essa natureza e se comprometeu a dar um retorno sobre a condução da situação pelos entes responsáveis.

Ricardo narrou que a experiência dos Conselhos Tutelares é frágil, por isso o encaminhamento das situações ao disque-cem e à Secretaria de Defesa dos Direitos Humanos.

A conselheira Jorgina declarou que o Conselho Tutelar é canal direto para solução dessas questões, uma vez que a Prefeitura Municipal de Petrópolis é competente apenas para fornecer a estrutura necessária, reportando-se diretamente ao Ministério Público e à Vara da Infância.

Renata explicou que a psicóloga Marta deu orientações para o preenchimento do questionário e do registro (procedimento) para acompanhamento dos casos.

A conselheira Márcia Lopes considerou que a questão é complexa e envolve uma rede de setores que vão desde a SETRAC, Secretaria de Educação, Conselho Tutelar, Vara da Infância e outros, necessitando firmemente de acompanhamento e apoio de todos.

A Secretária de Educação agradeceu à Renata pela utilização do espaço até aqui, mas considerou que o espaço na Casa da Educação Visconde de Mauá já está preparado para atender aos Conselhos da Educação. Assim, noticiou que a Casa da Educação Visconde de Mauá foi reinaugurada e estão todos convidados a conhecê-la, inclusive porque houve a destinação especial de uma Sala para abrigar os três Conselhos da Educação, COMED, CAE e CMCAS – Fundeb. Havendo espaço para a guarda da documentação e demais atividades internas dos Conselhos em questão; pediu à Subsecretária Maria de Fátima Lavrador de Castro para organizar com Débora o mobiliário e demais instrumentos necessários e finalizou que as próximas reuniões poderão ser lá, pois o espaço é muito bom, inclusive com a disponibilização da Sala Central de Reuniões para os Conselhos.

Jelcy pediu às conselheiras Jorgina, Mônica, Márcia Lopes e Deise para tratarem do despacho dos processos com a publicação no Diário Oficial; agradeceu a presença de todos, porém como os conselheiros presentes solicitaram que se registrasse em Ata a expressiva saída sem justificativa dos conselheiros durante esta reunião, Jelcy finalizou a reunião às 17h13min, sendo então terminada apenas com dezesseis (16) deles: Jorgina, Claudia, Renato de Oliveira, Claudio, Mônica, Maria de Fátima de Castro, Márcia Lopes, Wanda, Deise, Francisco, Ricardo, Renata, Naara, Gilda, Noelma e o próprio vice-presidente.

Desta forma, registrei a presente que segue datada e assinada por mim.

Petrópolis, 13 de maio de 2014.

Débora Battisti de Alencar
Secretária Executiva do COMED